

Entre o discurso empreendedor e a consciência política: estudo exploratório do Movimento Empresa Júnior em uma universidade pública no sudeste do Brasil

MARCIA PREZOTTI PALASSI¹

RAIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA MARTINELLI¹

ANA PAULA PAES DE PAULA²

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) / DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, VITÓRIA – ES, BRASIL

² UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) / DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM, BELO HORIZONTE – MG, BRASIL

Resumo

Este artigo visa compreender a dinâmica da consciência política no Movimento Empresa Júnior (MEJ), examinando seu papel no fomento da formação cidadã e da identificação coletiva dos empresários júniores, num dos *campi* de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil. A discussão se baseia no Modelo de Análise da Consciência Política para compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados através da observação participante, questionários, grupos focais e entrevistas semiestruturadas, submetidos à análise de conteúdo. Conclui-se que o MEJ apresenta a estrutura de um “movimento”, pois se aproxima mais do ideário de uma organização empresarial, que valoriza o discurso empreendedor. Além disso, a ausência de uma identidade coletiva mais sólida, enfraquece a noção de consciência política dos empresários júniores. Assim, o papel do MEJ como fomentador da consciência política e da participação dos gestores, que traria complementariedade entre a formação profissional e a cidadã, se afigura limitado.

Palavras-chave: Consciência política. Participação. Ações coletivas. Movimento Empresa Júnior.

Between entrepreneurial discourse and political awareness: an exploratory study of the Junior Enterprise Movement at a public university in Southeast Brazil

Abstract

This article aims to understand the dynamics of political awareness in the Movimento Empresa Júnior (MEJ), examining its role in fostering citizen education and collective identification of junior entrepreneurs, on one of the campuses of a federal public university in southeastern Brazil. The discussion is based on the Political Consciousness Analysis Model for understanding the participation in collective actions by Sandoval (2001). It is a qualitative research, whose data were collected through participant observation, questionnaires, focus groups and semi-structured interviews, submitted to content analysis. It is concluded that the MEJ presents the structure of a “movement”, because it is closer to the ideas of a business organization, which values entrepreneurial discourse. In addition, the absence of a more solid collective identity weakens the notion of political awareness among junior entrepreneurs. Thus, the MEJ’s role as a promoter of political awareness and the participation of managers, which would bring complementarity between professional and citizen training, appears limited.

Keywords: Political awareness. Participation. Collective actions. Junior Enterprise Movement.

Entre el discurso emprendedor y la conciencia política: Estudio exploratorio del Movimiento Empresa Júnior en una universidad pública en el sudeste de Brasil

Resumen

El objetivo de este artículo es comprender la dinámica de la conciencia política en el Movimiento Empresa Júnior (MEJ) examinando su papel en el fomento de la formación ciudadana y de la identificación colectiva de los empresarios júniores en uno de los campus de una universidad pública federal en el sudeste de Brasil. La discusión se basa en el Modelo de Análisis de la Conciencia Política para comprensión de la participación en acciones colectivas de Sandoval (2001). Se trata de un estudio cualitativo cuyos datos fueron recolectados a través de observación participante, cuestionarios, grupos focales y entrevistas semiestruturadas sometidos al análisis de contenido. Se concluye que el MEJ presenta la estructura de un “movimiento”, pues se aproxima más al ideario de una organización empresarial, que valora el discurso emprendedor. Además, la ausencia de una identidad colectiva más sólida debilita la noción de conciencia política de los empresarios júniores. Así, el papel del MEJ como fomentador de la conciencia política y de la participación de los gestores, que traería complementariedad entre la formación profesional y la ciudadana, parece limitada.

Palabras clave: Conciencia política. Participación. Acciones colectivas. Movimiento Empresa Júnior.

Artigo submetido em 30 de outubro de 2017 e aceito para publicação em 07 de dezembro de 2018.

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pelo auxílio financeiro a esta pesquisa concedido através do processo nº 67656447.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395172642>

INTRODUÇÃO

Este artigo visa a compreender a dinâmica da consciência política no Movimento Empresa Júnior (MEJ), examinando seu papel no fomento da formação cidadã e da identificação coletiva dos empresários juniores em um dos *campi* de uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil, na gestão de 2015. O MEJ, como movimento de representatividade entre os movimentos estudantis, que atuam em instituições de Ensino Superior, constitui instrumento crucial para o debate sobre as demandas dos graduandos que dele participam.

O interesse na compreensão dessa dinâmica surgiu a partir de lacunas nos estudos sobre consciência política e participação cidadã dos estudantes universitários (PALASSI e MARTINS, 2014) e das críticas às empresas juniores (EJs), que, em geral, enfocam o empreendedorismo em detrimento da conscientização cidadã, que também é um reflexo do processo de mercantilização das instituições de educação no Brasil (SEKI e SIMÃO, 2014). Nesse discurso de valorização do empreendedorismo há uma completa responsabilização do sujeito por seu sucesso, ignorando aspectos como políticas públicas de seguridade social, situações econômicas, condições sociais, conjuntura política e complexidades da vida social, baseando-se em uma noção de meritocracia exacerbada (SEKI e SIMÃO, 2014).

Em contraposição, como expressão da consciência política, a ação coletiva pode constituir uma ferramenta de socialização, de participação e um instrumento de ação para o enfrentamento das dificuldades sociais (COSTA, DELIBERADOR e SILVA, 2014). A participação política dos estudantes nas instituições de Ensino Superior é um dos principais instrumentos de integração entre o ensino e a extensão, devido ao desenvolvimento da cidadania e à inserção na vida pública (AZEVEDO, 2012).

A participação é entendida como o processo em que duas ou mais partes influenciam nas tomadas de decisões (PATEMAN, 1992). Refere-se a um instrumento de poder que significa “fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, 2013, p. 22). Segundo Sandoval (2001), o que permite ao indivíduo “fazer parte de” decisões individuais ou coletivas, em diferentes contextos, é a consciência política. Tal consciência envolve aspectos identitários e crenças que se relacionam em torno de dimensões psicossociológicas, marcadas por aspectos históricos, interações sociais e vivência dos atores (ANSARA, 2008).

Este artigo adota o Modelo de Análise da Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas, de Sandoval (2001), como marco teórico para sua abordagem empírica. Trata-se de pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2007), método que possibilita o aprofundamento do conhecimento teórico, realizada para explicar comportamentos e atitudes dos participantes considerando suas subjetividades em seus respectivos contextos históricos e sociais.

Este artigo visa a preencher uma lacuna nos estudos sobre o tema. Vale ressaltar que, ao realizar uma revisão de literatura (inter)nacional sobre o movimento, não foram identificados trabalhos que discutem a consciência política e a participação dos membros do MEJ em ações coletivas do movimento ou em outras ações dessa natureza relacionadas aos objetivos do MEJ.

Este artigo se estrutura em quatro partes, além desta introdução: a segunda parte descreve o marco teórico, visando a fundamentar o estudo; a terceira parte descreve a metodologia da pesquisa; a quarta parte apresenta os resultados; e a quinta parte expõe nossas considerações finais.

MODELO DE ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

A participação facilita o crescimento da consciência crítica do sujeito, fortalece seu poder de reivindicação e prepara-o para adquirir maior poder na sociedade (BORDENAVE, 2013). Trata-se de uma necessidade vital do ser humano e refere-se a uma vivência coletiva que só pode ser aprendida diante das interações. A participação é um processo que implica a igualdade de poder político nas decisões, por meio de duas ou mais partes que influenciam os processos de tomada de decisão, contribuindo para a melhoria de sua eficiência (PATEMAN, 1992).

Demo (1993) destaca que é importante compreender a participação como um processo de conquista e autopromoção; como forma de poder que pressupõe compromisso, envolvimento, presença em ações arriscadas e exercício democrático. Trata-se de instrumento de participação política. Segundo Bordenave (2013), os motivos que levam à participação expressam os interesses reais do sujeito para realizar uma ação. A participação decorre do prazer de fazer algo com os outros e/ou porque agir assim é mais vantajoso.

Nesse contexto, a ação coletiva envolve oportunidades de mobilização coletiva, ou seja, é o que motiva os sujeitos a agir em situações coletivas para alcançar os objetivos almejados (SANDOVAL, 2001). Tais oportunidades não surgem de modo igualitário, elas têm múltiplas formas e atingem diversos níveis da sociedade (PALASSI e MARTINS, 2014). Segundo Gamson (1992), a ação coletiva se refere a uma extensão de significados e orientações desenvolvida por meio das relações sociais. Na vida cotidiana, o indivíduo se envolve nas relações sociais e forma sua consciência sobre a sociedade (SANDOVAL, 1989). A consciência política é aqui entendida como conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem a suas interações e vivências (SILVA, 2001). Refere-se aos significados construídos pelo sujeito em sua interação com a sociedade, sendo, portanto, contingencial (SOUZA, PALASSI e SILVA, 2015). A consciência política é o que permite aos indivíduos analisar a melhor ação a ser empregada nos contextos políticos e em situações específicas que esses sujeitos enfrentam (LUGON e PALASSI, 2012).

Ao estudar a consciência política, torna-se fundamental considerar o contexto de inserção dos sujeitos. Isso porque a consciência política se relaciona aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e aos acontecimentos de sua vida (RECK, 2005; MELUCCI, 2001). Ela é formada pelos significados e pelas informações que interagem em dimensões psicossociológicas, o que permite ao indivíduo tomar as decisões consideradas mais adequadas nos diferentes contextos (SANDOVAL, 2001).

Para Sandoval (1989), a consciência política envolve a relação entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo e as reflexões conscientes de custos e benefícios da participação. Para analisar a consciência política, Sandoval (2001) propõe o Modelo de Análise da Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas. Este modelo é composto por 7 dimensões psicossociológicas distintas que constituem um conjunto de reflexões que direcionam a ação do indivíduo em sua sociedade como um ator político. As dimensões são: a) identidade coletiva; b) crenças, valores e expectativas sociais; c) interesses antagônicos e adversários; d) eficácia política; e) sentimentos de justiça e injustiça; f) metas e ações do movimento; e g) vontade de agir coletivamente. Essas dimensões se articulam de forma dinâmica e não linear, sem hierarquizações, revelando relações entre elas. A identidade coletiva se refere aos sentimentos de pertencimento ou identificação que o indivíduo relaciona às questões sociais. Trata-se do ponto de partida para a participação em ações coletivas (MELUCCI, 1995). Para Sandoval (2001), é a forma como os indivíduos estabelecem uma identificação de interesses e sentimentos de solidariedade e pertencimento com um ator coletivo. Relaciona-se aos investimentos sociais, políticos, econômicos, educacionais, culturais, que são valorizados. Costa (2012) aponta que esse conceito tem relação com a identificação psicológica de sentimento de solidariedade, possibilitando ao indivíduo desenvolver laços sociais que conduzem a um sentimento de coesão social.

Já as crenças, os valores e as expectativas sociais se referem a como o indivíduo percebe a realidade. São representações sociais produzidas nas interações e na experiência dos indivíduos com diversos grupos, instituições e contextos (TAJFEL, 1981). Essa dimensão sustenta a construção das identidades dos sujeitos. São as visões de mundo do sujeito, ou seja, os significados que ele confere à estrutura social, às instituições e à sua inserção nelas. A individualização do sujeito se dá a partir do processo de internalização das crenças e dos valores sociais (SILVA, 2007). Souza, Palassi e Silva (2015) acrescentam que essa dimensão revela como o indivíduo interpreta a realidade da qual faz parte. Elas são constituídas de ideologia política e da visão de mundo dos sujeitos. Dizem respeito às interações e experiências vivenciadas pelo indivíduo, não são fixas e têm um caráter mutável. Elas são contingenciais e construídas no contexto sócio-histórico de cada indivíduo (SANDOVAL, 2001). As relações geralmente são mantidas individualmente, porém, são construídas por meio das interações que cada pessoa atribui aos diferentes sentidos, conforme sua percepção (AZEVEDO, 2012). Sandoval (1994), de acordo com Heller (1972), considera a espontaneidade a principal característica do cotidiano, fazendo com que o indivíduo assimile fatos, crenças, comportamentos etc., sem reflexões, estimulando o desenvolvimento de uma consciência de senso comum (BERGER e LUCKMANN, 1967), circunscrita à vida rotineira.

O modo como os próprios interesses materiais e simbólicos se opõem aos interesses de outros grupos é descrito por Sandoval (2001) como interesses antagônicos e adversários. Baseando-se em Tilly (1978), Sandoval entende que a totalidade nessa dimensão é vista de modo fragmentado, nebuloso e superficial, fazendo com que o indivíduo se identifique com sua classe, mas colabore com grupos de sua interação diária ao compartilhar interesses contextuais semelhantes. Os adversários são identificados com base no “aqui e agora”. A identificação dos interesses antagônicos é fundamental, pois, quando não se percebe um adversário visível, é impossível mobilizar os indivíduos a agir e coordenar ações contra um alvo específico, seja ele um indivíduo, uma instituição ou um grupo (SILVA, 2007).

A eficácia política se refere aos sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervir em uma situação política, ao sentimento do sujeito perceber seu poder de intervenção para modificar a realidade (RECK, 2005). Para descrever essa dimensão, Sandoval (2001) se apoia na teoria da atribuição, de Hewstone (1989), na qual as pessoas podem atribuir um nexos de causalidade para três *loci*: no primeiro, os eventos podem ser o resultado de forças transcendentais; no segundo, de responsabilização própria; e no terceiro, de externalização e culpabilização do outro.

Os sentimentos de justiça e injustiça são entendidos como sentimentos de reciprocidade social entre os indivíduos, e a violação dessa reciprocidade é compreendida como situações de injustiça (SILVA, 2009). Sandoval se baseia no conceito de justiça social de Moore (1978), inerente à expressão de sentimentos de reciprocidade entre obrigações e recompensas, cujo desequilíbrio costuma ser provocado por processos sócio-históricos complexos. Quando os sentimentos de reciprocidade não ocorrem ou são violados, ou seja, diante situações de injustiça, há um descontentamento coletivo, gerando manifestações e protestos. Para Lugon e Palassi (2012), essa dimensão se relaciona à manutenção da integridade das relações de reciprocidades esperadas pelo indivíduo.

A predisposição de um indivíduo para realizar um conjunto de ações coletivas é outra dimensão denominada *vontade de agir coletivamente*. Sandoval (2001) se apoia em Klandermans (1992), que considera essa dimensão mais instrumental do que predisposicional de um indivíduo para se envolver em ações coletivas voltadas a reparar as injustiças, focadas em situações que condicionam a participação coletiva: relação custo/benefício à lealdade interpessoal; relação custo/benefício a lucros e perdas resultantes da participação; riscos físicos derivados da participação; avaliação do indivíduo da capacidade de organização do movimento para implementar as ações coletivas propostas. Nessa dimensão, pode-se avaliar a predisposição à participação em ações coletivas, por meio das propostas dos atores e seus respectivos engajamentos (PALASSI, 2011), envolvendo a percepção sobre as relações entre custos, benefícios e aprendizados e se compensam o desgaste físico-financeiro (SOUZA, PALASSI e SILVA, 2015).

As metas e ações do movimento se referem à percepção de reciprocidade dos participantes entre os objetivos do processo que participam com suas estratégias, de seus sentimentos de injustiça, de eficácia política e dos interesses materiais e simbólicos (SANDOVAL, 2001). Nessa dimensão, os indivíduos avaliam a relação entre as metas do movimento e sua liderança como métodos compatíveis ou não com seus interesses, sejam eles materiais ou simbólicos (PALASSI, 2011). Essa dimensão permite reunir os outros componentes e perceber a organização do movimento ao conduzir um direcionamento psicossociológico para a ação coletiva (SANDOVAL, 2001).

As dimensões do modelo de Sandoval (2001) caracterizam o conjunto de representações e significados que direcionam a participação de um sujeito em sua sociedade enquanto ator político (SOUZA, PALASSI e SILVA, 2015). Com base nessas dimensões, podem-se compreender os fatores que levam as pessoas a (não) participar em ações coletivas. A seguir, apresenta-se o percurso metodológico deste estudo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A abordagem empírica desse artigo se pauta nos métodos qualitativos (CRESWELL, 2007). Trata-se de estudo exploratório-descritivo (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUIDANI, 2009). Centra-se na observação, classificação e descrição das dimensões da dinâmica da consciência política no MEJ e da participação dos gestores das EJs nesse movimento em um dos *campi* de uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil.

Na coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUIDANI, 2009), entrevistas semiestruturadas (BAUER e GASKELL, 2002) e grupos focais (GUI, 2003). O uso dessas técnicas em conjunto visa a complementar informações para preencher possíveis lacunas. Os documentos foram obtidos por meio dos *sites* oficiais da confederação, federação e respectivas EJs participantes, pesquisas em mídias sociais e artigos que continham em suas palavras-chave o termo “empresa júnior”. Para as entrevistas (gravadas e transcritas) e os grupos focais, adotou-se um roteiro baseado nas dimensões da consciência política de Sandoval (2001). Os dados foram submetidos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), na qual as dimensões do modelo de Sandoval (2001) constituíram categorias analíticas definidas *a priori*.

A definição dos sujeitos se pautou nos seguintes critérios: presidentes das empresas juniores no segundo semestre de 2015 na universidade federal estudada; presidente da confederação e da federação estadual; comprometer-se a participar da pesquisa prestando informações, fornecendo documentos, preenchendo questionários, concedendo entrevistas e aceitando participar

de cinco encontros agendados previamente com as pesquisadoras, que consistiram em grupos focais, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido. O presidente da confederação não aceitou participar da pesquisa. Os participantes da pesquisa cursam administração, comunicação social, economia e engenharia civil na universidade onde as EJs se encontram: todos são presidentes das empresas juniores e da federação; cinco são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino; as idades variaram entre 20 e 21 anos e o tempo médio de permanência no MEJ é de 24 meses.

MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR

Em 1967, na École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales (ESSEC), em Paris, na França, foi criada a primeira empresa júnior de consultoria, denominada Júnior ESSEC por Pierre-Marie Chauvin. Tratava-se de uma iniciativa dos alunos de graduação, quando estes perceberam a necessidade de complementação de seus estudos. Assim, criaram uma associação que proporcionasse uma realidade empresarial para desenvolver a teoria e a prática (ESSEC, 2019).

Em 1969, por iniciativa da Júnior ESSEC, surgiu o Movimento das Empresas Juniores, criando a primeira Confederação Nacional de Empresas Juniores (ESSEC, 2019). A Confederação Europeia de Empresas Juniores (European Confederation of Junior Enterprises – JADE) foi fundada em 1992, pela Federação Francesa em cooperação com as confederações da Holanda, de Portugal, da Itália e da Suécia (JADE, 2015). Essa instituição visava ao fortalecimento e à divulgação do Movimento Empresa Junior - MEJ pelo mundo, buscando maior representatividade das empresas juniores (CARRIERI e PIMENTEL, 2005).

O movimento se expandiu para outros países, chegando ao Brasil em 1988, por meio de João Carlos Chagas, diretor da Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB). Formalmente, em 1989, surgiu a primeira empresa júnior na América Latina, em São Paulo, denominada Empresa Júnior Getúlio Vargas (EJFGV, 2015), visando a “dar apoio aos empreendedores e gestores de empresas ao direcionar a tomada de decisões estratégicas, gerando impacto sobre os resultados atuais e futuros da organização”. Segundo Carrieri e Pimentel (2005), a EJFGV elaborou um manual de criação da EJ que incentivou o surgimento de diversas empresas juniores no Brasil.

Dentre os principais resultados positivos apontados nas pesquisas recentes que envolvem as EJs há as contribuições que as EJs proporcionam à formação dos empresários juniores, como, a inclusão dos universitários no mercado de trabalho e a oportunidade de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, possibilitando o desenvolvimento de competências para o exercício de qualquer profissão (DIAS e LOPES, 2003; LIMA e CANTAROTTI, 2011). Contudo, o desenvolvimento das atividades nas EJs nem sempre é acompanhado por disciplinas que sustentam essas práticas (LIMA e CANTAROTTI, 2011). Ademais, Bicalho e Paula (2012) apresentam críticas ao MEJ, ao discorrer sobre as violências simbólicas naturalizadas e valorizadas no ambiente acadêmico-profissional dessas empresas, estimulando padrões de comportamento da ideologia do *status quo*. Costa, Deliberador e Silva (2014) consideram que há valorização de um discurso empresarial idealizado no MEJ, reforçando a submissão às demandas do capital.

Para todos os participantes da pesquisa que gerou este artigo, a motivação para participação no MEJ surgiu do interesse em adquirir maior conhecimento durante a graduação na universidade. Já os que se mantiveram no MEJ o fizeram devido ao sentimento de identidade coletiva com o movimento. Entretanto, a análise dos dados, apresentada a seguir, indica diferentes concepções de consciência política no que se refere à continuidade ou não no MEJ. Dentre os cinco participantes da pesquisa somente um revelou distanciamento quanto à forma não participativa das decisões no MEJ, pois comumente as decisões são apenas informadas e não são debatidas com os demais participantes do movimento. Para esse sujeito, que é da área de comunicação social, falta identificação com as crenças, os valores e as expectativas societais e as metas e ações do movimento, revelando sentimentos de injustiça nas tomadas de decisão do MEJ. Observa-se que a estrutura do movimento mais se aproxima de uma organização empresarial ao invés de um movimento. O jogo de reflexões promovido pelas dimensões da consciência política dos participantes da pesquisa os leva a tomar decisões quanto à participação em ações individuais ou coletivas no MEJ.

As EJs integrantes do MEJ

Muitas são as iniciativas de abertura de empresas juniores, contudo, o envolvimento no MEJ é reduzido. O motivo da falta de participação no movimento é compreendido de diferentes modos pelos participantes. Ademais, percebem-se ações atuais da federação visando a potencializar as filiações ao movimento. A federação, com intenção de fortalecer o MEJ, realiza visitas às EJs que ainda não pertencem formalmente ao movimento, esclarecendo dúvidas sobre a filiação, buscando envolvê-las e atraí-las. As empresas juniores na universidade estudada que fazem parte do MEJ pertencem a diferentes áreas de formação.

Nas empresas juniores investigadas há a valorização de um modelo de heterogestão, que, segundo Pinheiro e Paula (2016), refere-se à organização onde há uma distribuição não igualitária de poder, separando-a em diferentes categorias. Nesse caso das EJs, por exemplo, as tomadas de decisão são articuladas por cargos. O modelo observado nas EJs se aproxima da gestão tradicional de “valorização da hierarquia, divisão do trabalho e do discurso da meritocracia ao tratar das tomadas de decisões e remuneração” (PINHEIRO e PAULA, 2016, p. 244).

O valor meritocracia foi amplamente discutido pelos membros em diferentes momentos, pois eles destacam que, apesar de retratar uma ideologia política assimilada no MEJ, percebem que essa “meritocracia” não se adequa à sociedade brasileira e dentro do próprio movimento há decisões não condizentes com uma postura meritocrática. A ideologia meritocrática propõe que as recompensas devem ser decorrentes de merecimento e manifesta-se por meio do discurso do empreendedorismo. Seus defensores argumentam que ela permite maior justiça por não considerar distinções por sexo, etnia, classe social, entre outros fatores biológicos ou culturais (BARBOSA, 2014; RAMOS, 2014). Para Filion (2000), as ações dos empreendedores têm muita relação com a forma como interpretam o que está ocorrendo em um setor particular do meio.

Todavia, destaca-se que esse posicionamento privilegia aqueles que foram sujeitos às melhores condições de vida, diante de suas respectivas constituições sócio-históricas (DE ANDRÉ, 2013; ANDERSON, 2015). O incentivo baseado no individualismo, focado nas características e habilidades, favorece desigualdades sociais e econômicas, mascarando privilégios (WARIKOO e FUHR, 2014; CLYCO, NOUWEN e VANDENBROUCKE, 2014). Nota-se que a ideia de sucesso não depende exclusivamente do esforço individual, mas também de diversos outros fatores.

Portanto, os fatores contribuintes para a inserção dos membros nas EJs têm relação com a identidade coletiva dos empresários juniores. O sentimento de pertença, de desenvolvimento de interesses comuns são os fatores que estimulam a participação no movimento, segundo Sandoval (2001). A intenção de potencializar seus estudos é um dos grandes motivadores para a inserção na EJ. Contudo, percebe-se que a expectativa quanto a essa formação, às vezes, distancia-se da proposta do ensino acadêmico, pois os juniores buscam uma preparação muito direcionada a uma capacitação no mercado de trabalho.

Além disso, ao se envolverem com essas atividades, minimizam a importância da educação formal, questionando a aplicabilidade dos cursos oferecidos, confundindo com a educação técnica e empresarial, uma vez que se observa em seus discursos centralidade de um formato de atuação única, voltada para a aquisição de resultados monetários (COSTA e SARAIVA, 2012). Para Fattori, Pozzi, Marzana et al. (2015), o que move as pessoas a participarem do movimento é a identidade coletiva, a percepção de injustiça e a ação coletiva para restaurar a igualdade social e a ideia de eficácia política, que é uma expectativa positiva e a base de um grupo, podendo ser eficaz na mudança de um *status quo* injusto.

No discurso de todos os participantes da pesquisa e nos dados apresentados nos documentos das EJs e do MEJ, a mudança à qual eles se referem diz respeito às expectativas de um país melhor em termos de resultados proporcionados por ações de empreendedorismo. Isto é, eles consideram esse tipo de transformação nos alunos uma forma de impactar todo o país. Costa e Saraiva (2012) descrevem que existem poucos estudos sobre o empreendedorismo nas empresas juniores. Entretanto, destacam que o desempenho dos jovens empreendedores sempre é positivo para o desenvolvimento profissional. Mas, como apontam esses autores, o empreendedorismo se tornou uma “ideologia do novo espírito capitalista que precisa ser questionada” (COSTA e SARAIVA, 2012, p. 611, tradução nossa).

Os ideais de transformação, todavia, não são muito claros. Nas falas, apesar de recorrente o discurso de mudança e de transformação de um país, observamos que as transformações concretas expressadas por meio da participação e da ação política no MEJ não são observadas. Trata-se de discursos proferidos de modo automatizado, fundamentados no ideário empreendedor e pouco contextualizados em suas vivências, devido à ambiguidade entre o que descrevem e suas próprias ações.

Os mecanismos de participação no MEJ

Os mecanismos de participação no MEJ identificados durante a pesquisa estavam ligados a eventos realizados pelo próprio movimento. Contudo, os participantes desta pesquisa destacam o caráter seletivo dos eventos, devido ao alto custo de sua realização, promovendo em todos os participantes o sentimento de injustiça. De modo geral, há um sentimento de pertença nas EJs, reforçado pelo sentimento de identidade coletiva, mas quando a instância é o MEJ, evidencia-se que não existe grande adesão de todos os participantes. A dificuldade de adesão é interpretada de múltiplas formas pelos entrevistados: o distanciamento do MEJ das EJs; a caracterização elitista das ações do movimento; e a própria dinâmica da EJ.

Ademais, as demandas da EJ exigem muito envolvimento nas atividades rotineiras, além do alto índice de rotatividade nessas empresas. Quando as pessoas passam por um período maior de permanência na EJ, elas se desenvolvem e compreendem o propósito do MEJ, passando a se sentir parte do movimento. Entretanto, dentro do próprio movimento, existem percepções que destoam das ações do MEJ, ou seja, grupos com interesses antagônicos e adversários em relação ao movimento, como os grupos que se posicionam contra os valores da meritocracia e do elitismo que perpassam o MEJ. Assim, a organização do movimento age como selecionadora e privilegiadora, beneficiando parcelas mais favorecidas das populações de juniores (PARKINS e SINCLAIR, 2014; MORRISON e DUNLAP, 1986). Assim, as contradições econômicas, as desigualdades, as relações de poder e dominação existentes na sociedade são reforçadas no movimento.

As práticas de participação são construídas de diferentes formas e cada construção só pode ser entendida diante do contexto em que está situada (DEAN, 2014). Além dos eventos, os participantes consideram as assembleias, os conselhos, as ações e os eventos locais promovidos pela confederação, bem como as diversas instâncias do movimento, como mecanismos de promoção da participação. Embora os participantes reconheçam os diversos canais de participação existentes no movimento, vale questionar a qualidade dessa participação. Dentre os entrevistados, destaca-se apenas uma pessoa que apresentou preocupações com essas temáticas. Tal posicionamento, mais crítico e questionador parece ter forte relação com a formação acadêmica que esse aluno tinha na graduação. Os demais, que estão se formando em cursos de natureza mais positivista e funcionalista, não conseguem perceber as formas de controle de poder no MEJ. Esse mesmo participante, que destoou dos demais, acrescentou que os prêmios e os padrões de avaliação do MEJ sempre são voltados a um único tipo de organização ideal, desconsiderando outras possibilidades de atuação, reforçando as colocações de Bicalho e Paula (2012) quando citam a centralidade de possibilidades de atuação.

Ademais, destacam um discurso dominante como um único modelo possível para gerar riqueza na sociedade capitalista contemporânea, valorizando a centralidade da empresa e o desenvolvimento de uma cultura empreendedora imprescindível (COSTA e SARAIVA, 2012). Ademais, esse mesmo representante do movimento no estado aponta que a maioria dos demais membros que pertence à EJ tem interesse apenas na aprendizagem técnica na EJ, isto é, não participam e não demonstram interesse por questões mais críticas e que desenvolvam habilidades pessoais.

Nesse contexto, nota-se a necessidade de incentivar os alunos a produzirem conhecimento – e não apenas reproduzi-lo (ABDEL-HALIM, 2011). A maioria dos estudantes, segundo o autor, não se aproxima de uma leitura crítica que os levaria a um pensamento mais crítico e a uma consciência política mais ampla, centrando-se na superficialidade dos discursos.

A participação dos membros das empresas juniores nas ações coletivas do MEJ

Os líderes entrevistados avaliam que têm uma grande participação nas ações coletivas do MEJ. Para todos os entrevistados, a participação nessas ações é incentivada por todos os representantes da gestão junto aos demais membros. Contudo, observa-se que, comumente, as falas retratam apenas o posicionamento dos líderes, ou seja, quase sempre ela ocorre no singular e não se relaciona ou se integra aos demais sujeitos nos contextos de participação em ações coletivas no movimento.

Entretanto, eles reconhecem que essa grande participação não é intensificada por todos os membros e atribuem unicamente a responsabilização individual pela participação nas ações do movimento, não considerando as responsabilidades coletivas como membros representantes do MEJ. Apesar de criticarem em seu discurso a ideologia do mérito, o que se verifica em suas práticas é um discurso hegemônico sobre a valorização do individualismo e da atitude empreendedora, reforçando o que Ekman e Amna (2012) descrevem sobre o declínio de uma postura mais ativa na participação política.

Os respondentes também informam a diferenciação entre a participação que ocorre em nível do movimento e em cada EJ. Nas discussões em grupo, pôde-se perceber que todos avaliam que há uma identificação maior no nível da EJ. Já essa proximidade com o MEJ não é recorrente. Contudo, esses gestores afirmam que a participação, às vezes, mostra-se difícil de ser conciliada com as demais demandas de um estudante. Apesar dos discursos dos participantes reforçarem o incentivo à formação de todos na participação, não é o que ocorre na prática. Observa-se nas ações desses líderes que algumas decisões são automatizadas, sem envolvimento ou estímulo à participação dos demais membros.

Por mais que o movimento preze por um sentido de promoção de um desenvolvimento coletivo, as atitudes e decisões dos líderes são fortemente influenciadas pelas *crenças, valores e expectativas societais* (SANDOVAL, 2001). Todavia, usualmente, elas são assimiladas sem reflexão e, como apontam Souza, Palassi e Silva (2015), acabam agindo como mecanismo de controle

social, colocando-se como obstáculo a politização e conscientização do sujeito. Todavia, os líderes reconhecem a falha no incentivo à participação dos demais membros, mas afirmam não saber incentivar e promover esse comportamento.

A participação dos sujeitos nas ações coletivas foi retratada pelos entrevistados como situação de grande injustiça, pois eles percebem a violação da reciprocidade social das ações dos sujeitos que se envolvem apenas com atividades mais técnicas. Esses sentimentos de injustiça são discutidos devido à seleção dos eventos e a relação com a *vontade de agir coletivamente*, pois se observam nas falas de um dos entrevistados tentativas de reparar essas injustiças, mas a única forma de conseguir tal reparação é a mobilização coletiva.

Verifica-se, também, que há distanciamento de reciprocidade entre as metas e ações do movimento com suas estratégias de atuação e seus sentimentos de injustiça (SANDOVAL, 2001). Alguns líderes, em algumas EJs, incentivam a participação dos demais membros, mas a participação efetiva nas ações coletivas do MEJ é prioritariamente dos membros diretores. A participação deve ser compreendida de modo contextualizado e situacional, por isso a necessidade de reconhecer a pluralidade de lógicas participativas (DEAN, 2014).

A participação dos membros das EJs na sociedade

Verificou-se, dentre os sujeitos da pesquisa, que a participação na sociedade já ocorria antes da inserção no MEJ, devido ao incentivo da família ou ao interesse dos próprios membros que se identificaram com esse tipo de ação. Nota-se que os motivos que levaram a participar das ações coletivas se relacionam às crenças e expectativas desses membros e aos sentimentos de eficácia política.

Todos os participantes da pesquisa afirmam que a participação em ações coletivas na sociedade se iniciou a partir da formação religiosa. Logo, a vontade de agir coletivamente desses membros ocorreu nesse espaço, contribuindo para a formação social, histórica e religiosa desses sujeitos. Quando questionados se essa participação se relaciona aos objetivos do MEJ, os participantes afirmam que a motivação é parecida, mas sentem dificuldade de explicá-la. Destacam que o interesse de participar em ações coletivas está relacionado aos sentimentos de identidade coletiva, no sentido de pertença e solidariedade desenvolvidas pelos vínculos interpessoais (SANDOVAL, 2001).

Os entrevistados, ao discutirem a relação da participação no MEJ com outras possibilidades de participação na sociedade civil, demonstram intenção de modificar sua realidade, revelando sentimentos de eficácia política diante dos discursos de injustiça percebidos por eles. Por isso, acreditam nos benefícios de suas ações na tentativa de reparar as injustiças. De modo geral, há semelhança entre os propósitos que fizeram os participantes da pesquisa se manterem no MEJ e as demais ações coletivas da sociedade.

Entretanto, essa transformação e mudança na sociedade são discutidas de modo genérico entre os participantes da pesquisa e poucas são as ações do MEJ que constituem fatores impactantes nesses processos. Isso porque se atribui tais transformações à formação das pessoas que passam pelas EJs e que o MEJ devolve à sociedade. Mas, ao considerar essa parcela, identificam-se dois problemas: o restrito número de pessoas que participam do movimento e um único formato ideal de organização tradicional. Alguns estudos apontam que cidadãos com maior acesso à educação apresentam maiores propensões a se envolver em ações políticas. Assim, revelam a existência de uma relação entre o grau de participação social e sua consciência política (EBRAHIMI, 2016; CAMPANTE e CHOR, 2012; HOOGHE e MARIEN, 2013; PERSSON, 2015). Nesse sentido, destaca-se que o Ensino Superior potencializa a capacidade cívica e a consciência política dos sujeitos.

Contribuições da participação no MEJ para a formação profissional

Os participantes da pesquisa revelam que a participação na EJ os permitiu aprimorar questões técnicas repassadas na sala de aula; os cursos que surgem para desenvolvimento técnico e o contexto prático proporcionado por essa vivência. Entretanto, a maior contribuição se refere ao desenvolvimento de competências individuais de caráter pessoal, como liderança, planejamento, gestão de equipes, comunicação e oratória, empreendedorismo e foco em resultados.

Com base nesses relatos, observa-se que o principal objetivo do movimento se concentra na capacitação e formação dos membros juniores, ou seja, na aprendizagem adquirida a partir das atividades desenvolvidas na gestão das EJs. Todavia, alguns participantes afirmam que a intensa dedicação, às vezes, prejudica seu desempenho em sala de aula, pois o excesso

de investimento de energia em sua participação no MEJ os obriga a priorizar algumas atividades, não sendo possível conciliar diferentes responsabilidades ao mesmo tempo.

Pôde-se identificar algumas dificuldades na aprendizagem, como a descontinuidade entre as ações de uma direção e outra durante o processo de mudança de direção. Esse fato está diretamente atrelado à rotatividade de pessoal, bastante intensa, e que é necessária para cumprir o prazo de permanência na EJs, ou seja, entre 1 e 2 anos. Segundo Hellwig e Carrion (2007), o elevado índice de rotatividade é considerado uma das principais barreiras do processo participativo, inibindo o estabelecimento de um vínculo significativo, dificultando o desenvolvimento de uma participação política e social dos empresários juniores e prejudicando a formação dos cidadãos.

Nesse contexto, os pesquisadores propuseram aos empresários juniores um programa de formação-ação em metodologias participativas, para gerar maior participação no processo de tomada de decisões, aprendizagem de métodos de trabalho coletivos e maior engajamento dos gestores no MEJ. Esse programa foi aprovado pela gestão de uma das EJs em 2014, mas foi recusado pela gestão das EJs em 2015, sob o argumento de que a grande dedicação semanal às atividades rotineiras, nessas empresas, não os permitia assumir mais responsabilidades, embora reconhecessem que o programa poderia amenizar as críticas ao movimento e os problemas identificados neste estudo.

Diante do exposto, pode-se dizer que as crenças, os valores e as expectativas societais dos membros das EJs se encontram ideologicamente em conformidade com as metas e ações do movimento, pois são pautadas no predomínio de discursos hegemônicos sobre empreendedorismo, valorização de um tipo de organização (empresa privada) e modelo de gestão (heterogestão), bem como o desenvolvimento de competências empresariais visando à inserção no mercado de trabalho no setor privado, dificultando a inserção de novas propostas de trabalho que não se alinham ao movimento empresarial e revelando contradições nas críticas que fazem ao MEJ.

Segundo Costa e Saraiva (2012), as EJs são vistas como ambientes ideais para o desenvolvimento de competências empresariais por coligar práticas acadêmicas e práticas de mercado, sugerindo que o Ensino Superior tem sido menos instrumento de emancipação humana e mais um mecanismo de reprodução do capital. Esse contexto dificulta o processo de formação da consciência política no MEJ, pois, segundo Althubetat e Jarrar (2013), as práticas acadêmicas são fundamentais no processo de formação da consciência política e no desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender a dinâmica da consciência política e da participação dos gestores das EJs nas ações coletivas do MEJ em um *campus* de uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil.

Verificou-se a existência de diferentes concepções de consciência política quanto à participação dos membros das EJs no MEJ. As metas e ações do movimento motivam uma parte dos sujeitos, mas a ausência de identidade coletiva enfraquece sua noção de consciência política, pois a motivação para a participação no MEJ decorre da identificação com o movimento, o que o situaria como instrumento de formação e complementação dos estudos acadêmicos.

Conclui-se que, apesar da designação “Movimento Empresa Júnior”, suas metas e ações, sua estrutura e seu contexto não o caracterizam como movimento, pois se aproxima mais de uma organização empresarial, pautada por um discurso empreendedor. Seu papel, do ponto de vista de fomentador da consciência política e da participação dos empresários juniores, que traria complementariedade entre a formação profissional e a cidadã, mostra-se limitado, embora isso não seja apontado nos objetivos do movimento. Vale ressaltar que os representantes da confederação, onde se dá a participação política do MEJ, não aceitaram participar da pesquisa.

Portanto, este artigo não pretende caracterizar uma posição definitiva, uma vez que a pesquisa enfrentou limitações como o curto período de permanência dos membros nas EJs durante a realização da pesquisa. Além disso, não houve disposição dos empresários juniores para desenvolver e implantar um programa de formação-ação em metodologias participativas, o que poderia ter ampliado a noção de consciência política e do papel do MEJ nesse aspecto de formação.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem os resultados, para avaliar as semelhanças e diferenças da consciência política, a participação dos representantes da Brasil Júnior (2019) nas ações coletivas do movimento e a percepção dos educadores ao gerenciar o movimento, proporcionando um diagnóstico de falhas nesse sistema educacional.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-HALIM, S. M. Improving EFL majors' critical reading skills and political awareness: a proposed translation program. **International Journal of Educational Research**, v. 50, n. 5-6, p. 336-348, 2011.
- ALTHUBETAT, Q.; JARRAR, A. The impact of teaching political science on political awareness of Petra University students: a Jordanian case. **Research on Humanities and Social Sciences**, v. 3, n. 6, p. 112-121, 2013.
- ANDERSON, K. T. The discursive construction of lower-tracked students: Ideologies of meritocracy and the politics of education. **Education policy analysis archives**, v. 23, p. 110, 2015.
- ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Revista Psicologia Política**, v. 8, n. 15, p. 31-56, 2008.
- AZEVEDO, L. R. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 3, n. 6, p. 7-22, 2012.
- BARBOSA, L. Meritocracia e sociedade brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 5, n. 1, p. 80-85, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1967.
- BICALHO, R. A.; PAULA, A. P. P. Empresa júnior e a reprodução da ideologia da administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 894-910, 2012.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos).
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES – BRASIL JÚNIOR. **Sancionada a lei das empresas juniores**. 2019. Disponível em: <<https://brasiljunior.org.br/conhecimento/artigos/sancionada-a-lei-das-empresas-juniores>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- CAMPANTE, F. R.; CHOR, D. Schooling, political participation, and the economy. **Review of Economics and Statistics**, v. 94, n. 4, p. 841-859, 2012.
- CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, T. D. Significações culturais: um estudo de caso da UFMG Consultoria Júnior. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 6, n. 3, p. 137-166, 2005.
- CLYQC, N.; NOUWEN, W.; VANDENBROUCKE, A. Meritocracy, deficit thinking and the invisibility of the system: discourses on educational success and failure. **British Educational Research Journal**, v. 40, n. 5, p. 796-819, 2014.
- COSTA, G. B. **Consciência, participação e negociação**: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê. 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- COSTA, G. B.; DELIBERADOR, L. M. Y.; SILVA, A. S. Contribuições da noção de consciência política para a pesquisa e a prática da comunicação comunitária. **Revista Alterjor**, v. 2, n. 10, p. 26-44, 2014.
- COSTA, A. S. M.; SARAIVA, L. A. S. Hegemonic discourses on entrepreneurship as ideological mechanism for the reproduction of capital. **Organization**, v. 19, n. 5, p. 587-614, 2012.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DEAN, R. **Beyond radicalism and resignation**: the competing logics for public participation in policy decisions. London: London School of Economics, 2014.
- DE ANDRÉ, M. E. D. A. Avaliação escolar: além da meritocracia e do fracasso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 99, p. 16-20, 2013.
- DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DIAS, R. E.; LOPES, A. C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 85, p. 1155-1177, 2003.
- EBRAHIMI, F. Evaluation of the relationship between womens political awareness and their social participation in the contemporary society of Iran (Ardabil Province). **International Journal of Asian Social Science**, v. 6, n. 4, p. 262-271, 2016.
- ÉCOLE SUPÉRIEURE DES SCIENCES ECONOMIQUES ET COMMERCIALES – ESSEC. **Building the future with the ESSEC Foundation**. 2019. Disponível em: <<http://fondation.essec.edu/en/about-us/>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- EKMAN, J.; AMNA, E. Political participation and civic engagement: towards a new typology. **Human Affairs**, v. 22, n. 3, p. 283-300, 2012.
- EMPRESA JÚNIOR FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – EJFGV. **Movimento empresa júnior**. 2015. Disponível em: <<http://ejfgv.com/sobre/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.
- EUROPEAN CONFEDERATION OF JUNIOR ENTERPRISES – JADE. **The JE Network. Discover the Junior Enterprises in Europe and in the world**. 2015. Disponível em: <<http://www.jadenet.org/the-je-network/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.
- FATTORI, F. et al. A proposal for an integrated model of prosocial behavior and collective action as the expression of global citizenship. **European Journal of Social Psychology**, v. 45, n. 7, p. 907-917, 2015.
- FILION, L. J. Empreendedorismo e gerenciamento: processos distintos, porém complementares. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, p. 8-17, 2000.
- GAMSON, W. A. **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GUI, R. T. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 3, n. 1, p. 135-159, 2003.
- HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HELLWIG, B. C.; CARRION, R. M. A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária. **Revista de Gestão**, v. 14, n. 4, p. 1-14, 2007.
- HEWSTONE, M. **Causal attribution**: from cognitive processes to collective beliefs. San Francisco, CA: Wiley Blackwell, 1989.

- HOOGHE, M.; MARIEN, S. A comparative analysis of the relation between political trust and forms of political participation in Europe. **European Societies**, v. 15, n. 1, p. 131-152, 2013.
- KLANDERMANS, B. Mobilization and participation: social psychological expansion of the resource mobilization theory. **American Sociological Review**, n. 49, p. 583-600, 1992.
- LIMA, T. F.; CANTAROTTI, A. A formação e a construção de competências para a atuação do profissional de secretariado executivo: um estudo de caso em uma empresa júnior. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 1, n. 2, p. 94-122, 2011.
- LUGON, A. P.; PALASSI, M. P. Participação dos núcleos de defesa civil do município de Vitória na gestão de desastres naturais. **Revista Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 345-361, 2012.
- MELUCCI, A. **The process of collective identity**. Social movements and culture. Minneapolis: University of Minnesota, 1995. v. 4.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOORE, B. **Injustiça**: a base social da obediência e revolta. São Paulo: Cortez, 1978.
- MORRISON, D. E.; DUNLAP, R. E. Environmentalism and elitism: a conceptual and empirical analysis. **Environmental Management**, v. 10, n. 5, p. 581-589, 1986.
- PALASSI, M. P. **Ações coletivas e consciência política no mundo do trabalho**: dilemas subjetivos da participação nos processos de privatização. Curitiba: Juruá, 2011.
- PALASSI, M. P.; MARTINS, G. F. Consciência política e participação cidadã dos estudantes de administração de uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil. In: SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/SCSUFES/article/view/8573/6030>>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- PARKINS, J. R.; SINCLAIR, A. J. Patterns of elitism within participatory environmental governance. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 32, n. 4, p. 746-761, 2014.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PERSSON, M. Education and political participation. **British Journal of Political Science**, v. 45, n. 3, p. 689-703, 2015.
- PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. Autogestão e práticas organizacionais transformadoras: contribuições a partir de um caso empírico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 233-266, 2016.
- RAMOS, V. R. G. Meritocracia na educação e a luta dos trabalhadores contra a precarização. **Em Debate**, n. 11, p. 47-67, 2014.
- RECK, J. **A consciência política dos cooperados do MST**: o caso do COOPAC–Campo Verde/MS. 2005. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- SANDOVAL, A. M. S. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. **Psicologia e Sociedade**, ano 4, n. 7, p. 61-72, 1989.
- SANDOVAL, A. M. S. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 173-195, 2001.
- SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo, Cortez Editora, 1994. p. 59-74.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SEKI, A. K.; SIMÃO, C. R. P. Por que “não” a uma EJ: o que é inconciliável entre a universidade pública e as empresas júniores? **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, p. 475-480, 2014.
- SILVA, A. S. Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. **Interações**, v. 6, n. 12, p. 69-90, 2001.
- SILVA, A. S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in)eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2007.
- SILVA, A. S. **Luta, resistência e cidadania**: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT. Curitiba: Juruá, 2009.
- SOUZA, L. V. S.; PALASSI, M. P.; SILVA, A. R. L. Consciência política e participação no orçamento participativo em Cachoeiro de Itapemirim (ES, 2009-2012). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 2, p. 161-172, 2015.
- TAJFEL, H. **Categorização social, identidade social e comparação social**. Grupos Humanos e Categorias Sociais. Lisboa: Horizonte, 1981. v. 2.
- TILLY, C. **From mobilization to revolution**. New York: McGraw-Hill, 1978.
- WARIKOO, N. K.; FUHR, C. Legitimizing status: perceptions of meritocracy and inequality among undergraduates at an elite British university. **British Educational Research Journal**, v. 40, n. 4, p. 699-717, 2014.

Márcia Prezotti Palassi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0751-6777>

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Professora do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES, Brasil. E-mail: mprezotti@hotmail.com

Raiane Gonçalves de Oliveira Martinelli

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0896-0746>

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória – ES, Brasil. E-mail: raianemartinelli@gmail.com

Ana Paula Paes de Paula

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8035-472X>

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professora do Departamento de Ciências Administrativas e do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG), Belo Horizonte – MG, Brasil. E-mail: appp.ufmg@gmail.com